

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL
Este volume acha-se no registro
sob o nº 24.000.1502

Harrison Leite

Manual de **DIREITO FINANCEIRO**

15ª

edição

revista,
atualizada
e ampliada

2026



**EDITORA
JusPODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E O DIREITO FINANCEIRO.....	53
1. Atividade Financeira do Estado	53
2. Direito Financeiro	55
2.1. Autonomia do direito financeiro	57
2.2. Fontes do direito financeiro	61
2.2.1. Fontes formais.....	62
2.2.1.1. Fontes principais.....	62
A) Constituição Federal	62
B) Leis Complementares.....	62
B.1. Lei Complementar n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal	64
B.2. Lei 4.320/64	68
C) Leis Ordinárias.....	69
D) Leis Delegadas	69
E) Medida Provisória	69
E.1. Jurisprudência	70
2.2.1.2. Fontes secundárias	71
A) Decretos	71
B) Resoluções	71
C) Atos Normativos.....	72
D) Decisões Administrativas.....	72
E) Decisões Judiciais – Judicialização das políticas públicas.....	72
2.2.2. Fontes materiais – Ciência das Finanças	89
3. Premissas do Direito Financeiro	91
3.1. Limitação de recursos.....	93
3.2. Escolhas trágicas.....	96
4. Competência Legislativa.....	99
4.1. Competência dos Municípios em matéria de direito financeiro	103
5. Direito Financeiro e o Federalismo Assimétrico.....	105
6. Quadro Sinóptico	111
7. Informativos selecionados	113
7.1. STF	113
8. Questões de Concursos Públicos	114

CAPÍTULO 2

ORÇAMENTO PÚBLICO	117
1. Conceito	118
2. Aspectos do Orçamento	119

3. Natureza Jurídica	123
3.1. Emendas Constitucionais recentes (86/2015; 100/2019; 102/2019 e 105/2019) e a impositividade do orçamento.....	127
3.2. Releitura da natureza jurídica do orçamento após a EC n. 100/2019. O que muda no orçamento	135
3.3. Quadro doutrinário	139
3.4. Panorama jurisprudencial.....	141
3.5. Orçamento Público “Secreto”: contradição nos seus termos.....	143
3.6. Controle de constitucionalidade do orçamento	149
3.7. O orçamento e a sua autoridade de lei.....	154
4. Espécies de Orçamento	155
5. Princípios Orçamentários e financeiros.....	158
5.1. Princípio da Legalidade.....	162
5.2. Princípio da Exclusividade	164
5.3. Princípio da Programação	165
5.4. Princípio do Equilíbrio Orçamentário.....	168
5.5. Princípio da Anualidade.....	171
5.6. Princípio da Unidade	173
5.7. Princípio da Universalidade.....	174
5.8. Princípio do Orçamento-bruto	175
5.9. Princípio da Transparência Orçamentária.....	176
5.9.1. Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).....	180
5.9.2. Do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	182
5.9.3. Da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/11).....	184
5.9.4. O tema na jurisprudência.....	186
5.9.5. Transparência e os gastos secretos	187
5.10. Princípio da Não Afetação (Não Vinculação) das Receitas de Impostos	190
5.11. Princípio da Especificação ou Especialização	196
5.12. Princípio da Proibição de Estorno	198
5.13. Princípio da Unidade de Tesouraria (ou Unidade de Caixa).....	202
5.14. Princípio da Economicidade	205
5.15. Princípio da diferenciação das fontes de financiamento	206
6. Dos Créditos Adicionais.....	208
6.1. Créditos suplementares	209
6.2. Créditos especiais.....	211
6.3. Créditos extraordinários.....	212
6.4. Fontes para a abertura de créditos adicionais	216
6.4.1. Superávit financeiro	216
6.4.2. Excesso de arrecadação	216
6.4.3. Anulação parcial ou total de dotações.....	216
6.4.4. Operações de crédito.....	217
6.4.5. Reserva de contingência	217
6.4.6. Recursos sem despesas correspondentes	218

7. Da Orçamentação	219
7.1. Ciclo orçamentário	219
7.1.1. Iniciativa	220
A) Pode o Executivo alterar a proposta orçamentária dos demais órgãos e poderes?	225
7.1.2. Apreciação e Emendas ao orçamento	227
7.1.3. Sanção ou veto	234
7.1.4. Execução	234
7.1.5. Controle	236
8. Das Leis Orçamentárias	237
8.1. Plano Plurianual	238
8.1.1. Conceito	238
8.1.2. Conteúdo	239
8.1.3. Prazo para envio	240
8.1.4. Vigência	240
8.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	242
8.2.1. Conceito	242
8.2.2. Conteúdo	247
8.2.3. Prazo para envio	247
8.2.4. Vigência	248
8.2.5. LDO e as novidades trazidas pela LRF	249
8.2.5.1. Do Anexo de Metas Fiscais	249
8.2.5.2. Do Anexo de Riscos Fiscais	252
8.3. Lei Orçamentária Anual (LOA)	253
8.3.1. Conceito	253
8.3.2. Conteúdo	255
8.3.3. Prazo para envio	257
8.3.4. Vigência	257
8.3.5. LOA e as novidades trazidas pela LRF	258
9. Abordagem Crítica do Orçamento: Atraso no trâmite das leis orçamentárias e ausência de afinidade lógica	260
10. Orçamento Participativo	264
11. Desvinculação da Receita da União (Emendas Constitucionais nºs 10, 17, 27, 42, 56, 68, 93, 126 e 132)	265
11.1. A redestinação da receita dos tributos vinculados e seus reflexos jurídicos	271
12. Vedações do art. 167 da Constituição Federal	275
13. Quadro sinóptico	281
14. Súmulas Aplicáveis	288
14.1. STJ	288
14.2. STF	288
15. Informativos Recentes	289
15.1. STJ	289
15.2. STF	290

16. Jurisprudência Seleccionada.....	297
16.1. STJ.....	297
16.2. STF.....	297
17. Questões de Concursos Públicos.....	300

CAPÍTULO 3

TEORIA DOS INGRESSOS PÚBLICOS – RECEITA PÚBLICA..... 305

1. Introdução.....	305
2. Conceito.....	306
3. Classificação.....	307
3.1. Quanto à periodicidade ou regularidade.....	307
3.1.1. Ordinária.....	307
3.1.2. Extraordinária.....	307
3.2. Quanto ao sentido.....	307
3.2.1. Amplo.....	307
3.2.2. Restrito.....	307
3.2.3. “Taxas” de inscrição em concurso público e sua classificação.....	309
3.3. Quanto à competência do ente da Federação.....	311
3.3.1. Federal.....	311
3.3.2. Estadual (Distrital).....	311
3.3.3. Municipal.....	311
3.4. Quanto às fontes, origem ou coercitividade.....	311
3.4.1. Originárias.....	312
3.4.2. Derivadas.....	312
3.5. Quanto à natureza ou previsão orçamentária.....	318
3.5.1. Orçamentária.....	318
3.5.2. Extraorçamentária.....	318
3.6. Quanto à categoria econômica (classificação legal).....	321
3.6.1. Receitas Correntes.....	321
A) Receita Tributária.....	321
B) Receitas de Contribuições.....	321
C) Receita Patrimonial.....	321
D) Receita Agropecuária.....	322
E) Receita Industrial.....	322
F) Receita de Serviços.....	322
G) Transferências Correntes.....	322
H) Outras Receitas Correntes – Análise da natureza jurídica dos <i>royalties</i>	322
3.6.2. Receitas de Capital.....	325
A) Operações de Crédito.....	326
B) Alienação de Bens.....	326
C) Amortização de Empréstimos.....	326
D) Transferências de Capital.....	326
E) Outras Receitas de Capital.....	326

4. Regime Contábil da Receita	329
5. Dívida Ativa.....	330
5.1. Da possibilidade de protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA)	332
5.2. Da distinta classificação dos tributos aplicada no conceito de dívida ativa e nos institutos da Lei de Execução Fiscal.....	335
5.3. Da securitização da dívida ativa.....	336
5.4. Da Resolução 547 do CNJ e seu reflexo na Dívida Ativa.....	337
6. Fases da Receita.....	339
6.1. Previsão.....	340
6.2. Lançamento	341
6.3. Arrecadação	342
6.4. Recolhimento	342
7. Receita Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	343
7.1. Receita Corrente Líquida	343
7.1.1. Receita Corrente Líquida x Base de Cálculo do Repasse ao Legislativo Municipal (duodécimo)	344
7.1.2. Receita Corrente Líquida x Base de Cálculo dos índices constitucionais de saúde e educação	347
7.1.3. Receita Corrente Líquida como base de cálculo de diversos institutos legais	350
A) Reserva de Contingência.....	350
B) Dívida consolidada dos entes federativos.....	351
C) Despesas com pessoal.....	351
D) Parcerias público-privadas	352
E) Pagamento de precatórios.....	353
F) Emendas impositivas.....	354
7.2. Responsabilidade na gestão fiscal.....	354
7.2.1. Sanções pela não eficiência arrecadatória	356
7.3. Renúncia de Receita.....	359
7.4. Da Redução dos incentivos e benefícios federais de natureza tributária.....	371
8. Repartição de Receitas Tributárias – Transferências Constitucionais	372
8.1. Transferências constitucionais e seu reflexo no Imposto de Renda Retido na Fonte	377
8.2. Transferências constitucionais e reflexo da isenção do ICMS nos repasses aos Municípios	380
8.3. Transferências constitucionais e reflexos da isenção do IPI e do IR nos repasses aos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	386
8.4. Compensação dos Estados pela desoneração das exportações do ICMS – “Lei Kandir”	388
8.5. A repatriação e o reflexo nas receitas dos Estados e dos Municípios	389
8.6. Reforma Tributária e impactos na distribuição das receitas	390
8.6.1. Alterações no ICMS.....	390
8.6.2. Alterações no IPI.....	391
8.6.3. Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional	391
9. Bloqueio de Transferências	391
10. Sobre os Fundos públicos.....	395
11. Duodécimos: entrega de recursos aos demais Poderes e Órgãos	400

12. Quadro Sinóptico	406
13. Súmulas Aplicáveis	410
13.1. STJ	410
13.2. STF	410
14. Informativos Recentes	410
14.1. STJ	410
14.2. STF	411
15. Jurisprudência Seleccionada	414
15.1. STF	414
15.2. STJ	416
16. Questões de Concursos Públicos	417

CAPÍTULO 4

DESPESAS PÚBLICAS 421

1. Introdução	422
2. Conceito	422
3. Classificação	425
3.1. Quanto à origem do recurso	425
3.2. Quanto à competência do ente	426
3.2.1. Federal	426
3.2.2. Estadual	426
3.2.3. Municipal	426
3.3. Quanto à regularidade	426
3.4. Quanto à natureza legal	426
3.4.1. Despesas correntes	427
3.4.2. Despesas de capital	428
3.5. Quanto ao disposto pela LRF	430
3.6. Classificações para os concursos de Auditor do Tribunal de Contas, Técnicos e Analistas	431
3.6.1. Classificação institucional	431
3.6.2. Classificação funcional-programática	432
4. Fases da despesa Pública	435
4.1. Empenho	437
4.1.1. Tipos de empenho	440
4.1.2. Pode um empenho ser cancelado ou anulado?	441
4.2. Liquidação	444
4.3. Pagamento. Importância do ordenador de despesas	446
4.3.1. Impessoalidade no pagamento – Ordem cronológica de sua ocorrência	449
4.3.2. Pagamento antecipado	451
4.3.3. Retenções de tributos nos pagamentos e exigência de certidões de regularidade fiscal	453
5. Regime Contábil da Despesa	456
5.1. Exceções aos regimes contábeis	458
5.2. Regime de competência e o período adicional	458

6. Restos a Pagar	459
6.1. Restos a pagar em final de mandato	465
6.2. Restos a pagar e calamidade pública	469
7. Adiantamento ou Suprimento de Fundos.....	470
8. Despesas Públicas de Origem Administrativa: Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)	474
9. Despesas Públicas de Origem Judicial: Precatório	476
9.1. Conceito e finalidade	477
9.2. Alcance do regime.....	479
9.3. Procedimento.....	482
9.4. Regra geral dos precatórios.....	484
9.5. Classificação dos precatórios. Ordem de pagamento.....	486
9.6. Requisições de Pequeno Valor	490
9.7. Exceção ao regime.....	493
9.8. Função administrativa do Tribunal.....	498
9.9. Complementação, suplementação e fracionamento de precatório.....	499
9.10. Compensação de precatório realizado pela Fazenda Pública (compensação de ofício)	502
9.11. Precatórios e reflexos tributários	504
9.11.1. Compensação realizada pelo contribuinte.....	504
9.11.2. Precatório e o processo executivo fiscal	509
9.11.3. Precatório e Certidão Negativa de Débito (CND).....	509
9.11.4. Precatórios, depósitos judiciais e litigância tributária (LC n. 151/15)	510
9.11.5. Precatório e transação tributária	514
9.11.6. Precatório e restituição de indébito tributário.....	515
9.12. Precatórios e suas múltiplas finalidades.....	516
9.13. Atualização monetária dos precatórios.....	517
9.14. Cessão de precatórios	522
9.15. Acordos judiciais e ordem de precatório.	523
9.16. Das Emendas Constitucionais n.s 113 e 114, ambas de 2021. PEC dos Precatórios. Limitação de seu pagamento. ADI 7064.....	525
9.17. Amortização de dívidas via precatórios.....	528
9.18. Regimes Especiais de Precatórios.....	529
9.19. Alterações no regime de precatórios decorrentes da EC 136/2025	533
A) Limitação dos pagamentos a percentual da Receita Corrente Líquida (RCL)	533
B. Atualização monetária e juros de mora – novo critério	534
C. Antecipação da data-limite para inclusão no orçamento	534
D. Exclusão do gasto com precatórios do limite de despesas primárias para a União.	534
E. Linhas de crédito e financiamento subsidiado	534
F. Sanções em caso de descumprimento	535
9.20. Precatório e dano moral	535
9.21. Do sequestro das contas públicas e hipóteses de permissão constitucional	536
9.22. Intervenção federal.....	546
9.23. Do cancelamento de precatórios e sua prescrição.....	547

10. Despesas Públicas e o Regime Fiscal Sustentável (LC 200/2023)	548
10.1. Duração e características do Regime.....	550
10.2. Alcance do Regime.....	551
10.3. Indexador do crescimento das despesas	552
10.4. Conceito de Receita para fins do Regime Fiscal	553
10.5. Exceções ao Regime	553
10.6. Medidas de ajuste fiscal	556
10.7. Despesas com investimentos	558
11. Despesas Públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	559
11.1. Da execução orçamentária.....	559
11.2. Limitação de empenho. Contingenciamento.....	561
11.3. Limitação de empenho de outros poderes pelo Executivo. Inconstitucionalidade reconhecida ..	564
11.4. Geração de despesa	565
11.5. Despesa obrigatória de caráter continuado – DOCC	567
11.6. Despesas com pessoal.....	569
11.6.1. Conceito	571
11.6.2. Limites de gasto dos Poderes e órgãos. Especificidade da Câmara de Vereadores. No- vidades da LC n. 178/2021	577
11.6.3. Exceções ao cômputo dos gastos.....	580
11.6.4. Despesas nulas	584
11.6.5. Controle dos gastos de pessoal.....	587
A) Limite alerta	587
B) Limite prudencial	587
C) Excesso de despesa: prazo para a sua eliminação	591
D) Regra temporária para recondução das despesas com pessoal ao limi- te (LC n. 178/2021)	591
E) Direito à nomeação e à incorporação de vantagens versus limitação orçamentária	593
F) Medidas legais e constitucionais para o controle de gastos com pes- soal	597
G) Direito à revisão anual em tempos de crise financeira. Dos custos dos direitos.....	602
H) Sanções	607
I) Suspensão das sanções frente à queda das receitas. Inovação da LC n. 164/2018.....	607
J) Despesas com pessoal e calamidade pública.....	609
11.7. Despesas com a seguridade social	609
12. Destinação de Recursos para o Setor Privado – Subvenções.....	610
13. Cooperação entre os entes Federativos.....	613
14. Transferências.....	614
14.1. Transferências obrigatórias	615
14.2. Transferências voluntárias.....	615
14.2.1. Requisitos	616

14.2.2. Exceções.....	617
14.2.3. Do Cadastro Único de Convênio. Sanções aos entes federativos.....	618
14.2.4. Medidas que habilitam o ente federativo ao recebimento das transferências voluntárias. Responsabilização pessoal do ex-gestor.....	626
14.2.5. Princípio da intranscendência subjetiva das sanções.....	628
14.3. Transferências automáticas.....	632
15. Despesa pública em tempos de crise – reflexos da pandemia da Covid-19. EC n. 109/21, EC n. 106/20 e LC n. 173/20.....	632
15.1. Considerações iniciais.....	632
15.2. Critérios para a fixação das despesas em tempos de crise. Análise à luz das recentes inovações legislativas.....	633
15.3. Calamidade Pública e a Constituição Federal (EC n. 109/21).....	636
15.4. Crise financeira e medidas constitucionais de controle de gastos (EC n. 109/21).....	639
15.5. Crise financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	643
15.6. O recente caso Coronavírus – Como os poderes enfrentaram o problema.....	647
15.6.1. O problema.....	647
15.6.2. Medidas legislativas tomadas no âmbito da receita, da despesa e do crédito público para o combate à crise. EC n. 106/20 e LC n. 173/20.....	648
15.6.3. Do enfrentamento judicial.....	651
16. Quadro Sinóptico.....	653
17. Súmulas Aplicáveis.....	664
17.1. STJ.....	664
17.2. STF.....	664
18. Informativos Recentes.....	665
18.1. STJ.....	665
18.2. STF.....	668
19. Jurisprudência Seleccionada.....	678
19.1. STJ.....	678
19.2. STF.....	679
20. Questões de Concursos Públicos.....	681

CAPÍTULO 5

LINHAS GERAIS DO CRÉDITO PÚBLICO..... 685

1. O Empréstimo como Processo Financeiro.....	685
2. Breve histórico.....	687
3. Aspectos jurídicos do crédito público.....	688
4. Conceito.....	690
4.1. Crédito público como fonte de receitas – Empréstimo público – Estado devedor.....	690
4.2. Crédito público como política interventiva na economia – Estado credor.....	692
5. Natureza Jurídica.....	694
5.1. Tese Drago.....	696
6. Classificações do Crédito Público.....	697
6.1. Quanto à coercitividade.....	697

6.2. Quanto à temporalidade	699
6.2.1. Dívida pública flutuante	699
6.2.2. Dívida pública fundada ou consolidada.....	699
6.3. Quanto à origem dos recursos.....	701
6.3.1. Dívida externa.....	701
6.3.2. Dívida interna.....	702
7. Títulos da Dívida Pública e sua Relação com o Direito Tributário	703
8. Crédito Público na Constituição Federal.....	705
8.1. Atribuições do Congresso Nacional.....	707
8.2. Atribuições do Senado Federal	707
9. Crédito Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	711
9.1. Definições gerais	712
9.2. Da contratação das operações de crédito	714
9.3. Operações de crédito proibidas	716
9.4. Concessão de garantias.....	718
9.5. Limites e controle para o endividamento público	720
9.6. Antecipação da Receita Orçamentária (ARO).....	721
10. O Banco Central na Constituição E NA LRF	722
10.1. EC n. 106/20 e as alterações momentâneas nas atribuições do Banco Central para combater a “calamidade fiscal”	727
11. O Sistema Financeiro Nacional	730
12. Quadro Sinóptico	733
13. Informativos Recentes.....	736
14. Jurisprudência selecionada.....	737
14.1. STF	737
15. Questões de Concursos Públicos	740

CAPÍTULO 6

CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO..... 743

1. Critérios para o controle.....	744
2. Áreas de Controle	749
3. Espécies de Controle.....	750
3.1. Quanto ao momento	750
3.2. Quanto ao órgão ou agente que realiza a fiscalização	752
3.2.1. Controle interno	752
3.2.2. Controle externo	754
3.2.3. Controle popular ou social (<i>whistleblowing</i>).....	756
4. Objeto do Controle	761
5. A LINDB e seus reflexos nas decisões envolvendo as finanças públicas.....	767
5.1. Vedação do decisionismo no direito	768
5.2. Decisão que resulte em invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa	769
5.3. Interpretação de normas sobre gestão pública.....	769
5.4. Segurança jurídica e invariança do direito	770

6. Dos Tribunais de Contas	772
6.1. Conceito e função	773
6.2. Natureza jurídica do Tribunal de Contas	773
6.3. Tribunal de Contas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Definição da competência jurisdicional no controle das transferências intergovernamentais	774
6.4. Natureza jurídica das decisões dos Tribunais de Contas	781
6.5. Tribunal de Contas e a constitucionalidade de leis e atos do poder público	782
6.6. Eficácia das decisões do Tribunal de Contas. Legitimidade para a sua cobrança	785
6.7. O devido processo legal, o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo	788
6.8. Competência do Tribunal de Contas	790
6.8.1. Emissão de parecer prévio	790
6.8.1.1. O tema na jurisprudência	792
A) Quando não há o julgamento das contas pelo Legislativo	792
B) Rito do julgamento das contas do Presidente da República	793
6.8.2. Julgamento de contas	794
6.8.2.1. Contas de Governo x Contas de Gestão – Resgate da valorização do Poder Legislativo	796
6.8.2.2. “Lei da Ficha Limpa” e o julgamento do Tribunal de Contas	805
6.8.2.3. Delegação de competência e responsabilidade dos gestores	807
6.8.2.4. Possíveis resultados do julgamento do Tribunal de Contas	811
6.8.2.5. Do julgamento das contas dos Tribunais de Contas	812
6.8.3. Controle de atos de pessoal	814
6.8.3.1. O tema na jurisprudência	815
6.8.4. Fiscalização em sentido estrito	817
6.8.4.1. O tema na jurisprudência	821
6.8.5. Aplicação de sanções e medidas cautelares	821
6.8.5.1. Espécies de sanções: multas e ressarcimento	823
6.8.5.2. Sanções e tipicidade	827
6.8.5.3. Medidas cautelares e outras atribuições punitivas	828
6.8.5.4. Transmissibilidade das sanções aos sucessores	831
6.8.5.5. Excludentes das sanções	832
6.8.5.6. Prescrição das sanções: a polêmica imprescritibilidade das ações de ressarcimento	834
6.8.5.7. Da impossibilidade de aplicação de penalidades através do parecer prévio ..	839
6.8.6. Competência corretiva	842
6.8.7. Dever de representação	846
6.8.8. Auxílio aos Fundos de Participação	846
6.8.9. Auxílio à Comissão Mista Permanente	848
6.8.10. Poder Regulamentar	849
6.8.11. Controle externo do Comitê Gestor	850
6.9. Tribunal de Contas e a Lei de Responsabilidade Fiscal	851
6.10. Tribunal de Contas e o sigilo bancário	853

6.10.1. O tema na jurisprudência.....	854
6.11. Organização dos Tribunais de Contas.....	855
6.11.1. Composição.....	855
6.11.2. Requisitos para o provimento dos cargos.....	855
6.11.3. Competência para indicação dos membros.....	856
6.11.4. Equivalência de impedimentos e vantagens.....	857
6.12. Tribunal de Contas e os direitos fundamentais.....	859
7. Direito financeiro como instrumento de combate à corrupção. <i>Compliance</i> e Lei Anticorrupção.....	861
8. Quadro Sinóptico.....	871
9. Súmulas Aplicáveis.....	874
9.1. STJ.....	874
9.2. STF.....	874
9.3. TCU.....	875
10. Informativos Recentes.....	878
10.1. STJ.....	878
10.2. STF.....	879
11. Jurisprudência Seleccionada.....	889
11.1. STF.....	889
12. Questões de Concursos Públicos.....	892

ADENDO

JURISPRUDÊNCIA ESPECÍFICA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	895
--	-----

INFORMATIVOS: LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – STF.....	901
---	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	921
---------------------------------	-----